

PARANAPANEMA S.A.
CNPJ/MF N° 60.398.369/0001-26
NIRE 35.300.316.355
Companhia Aberta

Ata da Assembléia Geral Extraordinária
iniciada em 11 de junho de 2008 e concluída em 13 de junho de 2008

Data, Hora e Local: iniciada em 11 de junho de 2008, às 10:00 horas, retomada em 13 de junho de 2008, às 10:00 horas e concluída às 12 horas e trinta minutos, na sede social da Paranapanema S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), na Rua Felipe Camarão n.º 500, em Santo André, Estado de São Paulo.

Publicações: O Edital de Convocação foi publicado em 27, 28 e 29 de maio de 2008 no Diário Oficial do Estado de São Paulo, DCI Comércio Indústria & Serviços, Diário do Grande ABC e Valor Econômico.

Presença: Acionistas da Companhia representando mais de 2/3 (dois terços) das ações com direito a voto, com participação do Sr. Jose Ferraz Ferreira Filho, membro do Conselho Fiscal. **Mesa:** Na forma do Estatuto Social, assumiu a Presidência dos trabalhos, o Sr. Joaquim Ferreira Amaro, Presidente do Conselho de Administração, o qual convidou a mim, Elisabeth Baptista Bettini, para secretária.

Instalação e Ordem do Dia: Verificado o quorum legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Assembléia Geral Extraordinária, determinando a leitura da seguinte ordem do dia: (i) deliberar a respeito dos termos e condições da 6ª emissão de debêntures da Companhia, conforme avençados pela Companhia e os acionistas signatários do Acordo para a Reestruturação Financeira da Paranapanema S.A. e Outras Avenças, firmado em 19 de dezembro de 2006 e aditado posteriormente em 17 de agosto de 2007 ("Acordo de Reestruturação"), deliberados em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 17 de abril de 2008; 11 de junho de 2008 e 13 de junho de 2008; (ii) deliberar sobre a possibilidade de exclusão do direito de preferência para os antigos acionistas na distribuição pública das debêntures, assegurando-se, nessa hipótese, prazo de prioridade na subscrição; (iii) delegar ao Conselho de Administração competência para (a) deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do art. 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive para modificar as deliberações ora aprovadas, desde que relacionadas a estas matérias; e (b) aprovar o cancelamento das debêntures que eventualmente não sejam colocadas e das Debêntures em tesouraria; e (iv) confirmar a autorização dada pelo Conselho de Administração para a Diretoria da Companhia a: (a) proceder à contratação de instituição(ões) financeira(s) para atuar como coordenador(es) da distribuição, agente escriturador, banco mandatário e agente fiduciário da emissão das debêntures; e (b) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à formalização da emissão objetivada. **Abertura dos Trabalhos e Suspensão das Deliberações:** Instalada a presente Assembléia Geral Extraordinária, o Presidente da Mesa, Sr. Joaquim Ferreira Amaro, comunicou aos acionistas presentes que o laudo de avaliação que embasará o preço de conversão das debêntures em ações, nos termos propostos para a 6ª Emissão de Debêntures, não está disponível até a presente data. Desta forma, tendo em vista haver a necessidade de mais elementos para a tomada de decisão dos acionistas com relação às deliberações a serem tomadas nesta Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas reunidos tomaram, por maioria dos votos dos presentes, com abstenção da representante legal dos acionistas Norges Bank; The DFA Investment Trust Company on Behalf of Its Series; e Emerging Markets Core Equity Portfolio Of DFA Investment Dimensions Group Inc., a decisão de adiar todas as deliberações previstas na Ordem do Dia, com base no artigo 134, parágrafo 2.º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diante disso, o Presidente da Mesa propôs a retomada dos trabalhos desta Assembléia Geral Extraordinária no próximo dia 13 de junho de 2008, às 10:00 horas. O adiamento foi objeto de Fato Relevante publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, Diário do Grande ABC e Valor Econômico em 12 de junho de 2008.

Retomada dos Trabalhos e Deliberações: Retomados os trabalhos, em 13 de junho de 2008, verificada a presença dos mesmos acionistas presentes no início dos trabalhos, em 11 de junho de 2008, à exceção dos acionistas Antonio Farina e Samantha Jean Dun e prestados os esclarecimentos necessários, deliberaram os Acionistas, por unanimidade: **(I)** aprovar os termos da 6ª emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie com garantia real, escriturais, em duas séries, com as

seguintes características e condições, as quais refletem os termos e condições constantes do Anexo 2 do Acordo de Reestruturação ("Debêntures" e "6ª Emissão"): **(a) Valor Total da 6ª Emissão:** O valor total da 6ª Emissão será de R\$950.000.000,00 (novecentos e cinquenta milhões de reais), em conformidade com a recomendação do Conselho de Administração de 11 de junho de 2008; **(b) Número de Séries:** A 6ª Emissão será realizada em duas séries, sendo a primeira série no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) ("Debêntures da Primeira Série") e a segunda série no valor total de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures da Segunda Série"); **(c) Quantidade de Títulos:** Será emitido o limite máximo de 1.900 (hum mil e novecentas) Debêntures; **(d) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data de conclusão desta assembléia geral, 13 de junho de 2008 ("Data de Emissão"); **(e) Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(f) Conversibilidade:** (f.1.1) As Debêntures da Primeira Série serão conversíveis em ações ordinárias da Companhia voluntariamente, a qualquer tempo e a exclusivo critério dos debenturistas; (f.1.2) caso ocorra a conversão voluntária, o preço de emissão das ações ordinárias será equivalente a 100% (cem por cento) do valor mínimo determinado no laudo de avaliação que serviu de base para a emissão de novas ações ordinárias para fins de capitalização de parcela do crédito, da forma prevista no inciso (i) do Subparágrafo 2.3.3 do Acordo de Reestruturação, nos termos deliberados na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 13 de junho de 2008, qual seja, R\$4,55 por ação ordinária; (f.2) as Debêntures da Segunda Série serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia (f.2.1) voluntariamente, a qualquer tempo e a exclusivo critério dos debenturistas; ou (f.2.2) obrigatoriamente e imediatamente após cada amortização das Debêntures da Primeira Série, inclusive qualquer amortização parcial, desde que aludido pagamento seja feito nos prazos a que a Companhia se obrigará, sem nenhum atraso, os debenturistas se obrigam a converter uma quantidade de Debêntures da Segunda Série cujo montante seja igual o montante da amortização das Debêntures da Primeira Série, de forma que seja observado e respeitado o princípio da conversão proporcional de 50% (cinquenta por cento) da dívida contraída nos termos do Acordo de Reestruturação e de pagamento dos 50% (cinquenta por cento) remanescentes nos primeiros 30 (trinta) meses da Data de Emissão; ou (f.2.3) obrigatoriamente por força da amortização antecipada das Debêntures da Segunda Série, caso a Companhia amortizar antecipadamente, quer parcial quer totalmente, as Debêntures da Segunda Série nos primeiros 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão, os debenturistas se obrigam, imediatamente depois de aludido evento, a converter uma quantidade de Debêntures da Segunda Série cujo montante seja igual ao montante da amortização das Debêntures da Segunda Série, de forma que novamente seja observado e respeitado o princípio da conversão proporcional de 50% (cinquenta por cento) da dívida contraída nos termos do Acordo de Reestruturação e de pagamento dos 50% (cinquenta por cento) remanescentes nos primeiros 30 (trinta) meses da Data de Emissão; (f.2.4) caso a conversão voluntária ou obrigatória ocorra nos primeiros 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão, o preço de emissão das ações será equivalente a 100% (cem por cento) do valor mínimo determinado no laudo de avaliação que servirá de base para a emissão de novas ações por força da capitalização de parte do crédito, como previsto no inciso (i) do Subparágrafo 2.3.3 do Acordo de Reestruturação; (f.2.5) caso a conversão voluntária ocorra posteriormente, o preço de emissão das ações será equivalente a 120% (cento e vinte por cento) do valor mínimo determinado no laudo de avaliação que servirá de base para a emissão de novas ações por força da capitalização de parte do crédito, como previsto no inciso (i) do Subparágrafo 2.3.2 do Acordo para a Reestruturação; (f.3.1) as ações objeto da conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias da Companhia na data de conversão, e farão jus a dividendos integrais e bonificações distribuídas, bem como a todos e quaisquer direitos deliberados em atos societários da Companhia, a partir da data de conversão; **(g) Tipo, Forma e Espécie:** As Debêntures serão escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados e da espécie com garantia real; **(i) Prazo e Data de Vencimento:** (i.1) As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 30 (trinta) meses a contar da Data de Emissão; (i.2) As Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 11 (onze) anos a contar da Data de Emissão; **(j) Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários,

observando-se o disposto na Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, tendo como público alvo os acionistas da Companhia signatários do Acordo de Reestruturação, os demais acionistas da Emissora e investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, (j.1) As Debêntures serão distribuídas no prazo de até 6 (seis) meses, contados da data de publicação do anúncio de distribuição da 6ª Emissão ("Prazo de Colocação"), não sendo admitida distribuição parcial das Debêntures; (j.2) As Debêntures serão registradas (j.2.1) para distribuição no mercado primário (j.2.1.1) no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP"), sendo neste caso a subscrição liquidada e as Debêntures custodiadas na CETIP e (j.2.2) para negociação no mercado secundário no SDT; **(k) Prazo e Formas de Subscrição e Integralização:** As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do Prazo de Colocação com integralização à vista, em moeda corrente nacional e/ou mediante a utilização de créditos detidos por acionistas contra a Companhia, conforme descrito no Acordo de Reestruturação, em ambos os casos, no ato da subscrição, ao preço de subscrição das Debêntures, que será seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros das Debêntures da Primeira Série ou dos Juros das Debêntures da Segunda Série (ambos definidos abaixo), conforme o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização das Debêntures, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis da CETIP ou da CBLC, conforme o caso; **(l) Amortização:** (l.1) As Debêntures da Primeira Série terão amortização única do principal, no vencimento, com observância das regras de liquidação antecipada obrigatória estabelecidas; (l.2) As Debêntures da Segunda Série terão amortização anual do principal, com observância das regras de liquidação antecipada obrigatória estabelecidas e do seguinte: (l.2.1) não haverá amortização no primeiro ano; (l.2.2) haverá amortização de R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) no segundo ano; (l.2.3) haverá amortização de R\$65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) no terceiro ano; (l.2.4) não haverá amortizações no quarto, quinto e sexto anos; (l.2.5) haverá amortização de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no sétimo ano; (l.2.6) haverá amortização de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) no oitavo ano; (l.2.7) haverá amortização de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) no nono ano; (l.2.8) haverá amortização de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) no décimo ano; (l.2.9) haverá amortização do saldo remanescente no décimo-primeiro ano; **(m) Remuneração:** (m.1) A remuneração das Debêntures da Primeira Série será composta por (m.1.1) atualização monetária do Valor Nominal Unitário segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), capitalizado, e (m.1.2) juros a uma taxa fixa de 6% a.a. (seis por cento ao ano) ("Juros das Debêntures da Primeira Série"); (m.2) A remuneração das Debêntures da Segunda Série será composta por (m.2.1) atualização monetária do Valor Nominal Unitário segundo o IPCA e (m.2.2) juros a uma taxa fixa de 9% a.a. (nove por cento ao ano) ("Juros das Debêntures da Segunda Série"); **(n) Periodicidade de Pagamento da Remuneração:** (n.1) O pagamento dos juros das Debêntures da Primeira Série ocorrerá na data de vencimento ou na data de qualquer liquidação antecipada; (n.2) A remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga anualmente, sendo que o montante exigível no primeiro ano será igual a 5% (cinco por cento) da remuneração devida, com a capitalização dos 95% (noventa e cinco) restantes; a remuneração exigível no segundo ano será igual a 50% (cinquenta por cento) da remuneração devida, com a capitalização dos 50% (cinquenta por cento) restantes; a partir do terceiro ano, inclusive, o pagamento da remuneração será integral; **(o) Encargos Moratórios e Multa:** Sem prejuízo da possibilidade de vencimento antecipado previsto a seguir, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos do item "m" acima e, além disso, ficará sujeito a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; **(p) Vencimento Antecipado:** (p.1) Vencimento Antecipado Cruzado: Na hipótese de qualquer inadimplemento na 1ª série ou na 2ª série, ocorrerá o vencimento antecipado da totalidade das debêntures de ambas as séries; (p.2) Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático: serão declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações referentes à 6ª Emissão e exigido da Companhia o imediato pagamento do saldo devedor do Valor nominal unitário atualizado, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, encargos moratórios, se houver, e de quaisquer

outros valores eventualmente devidos pela Companhia, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos, e desde que assim deliberado por titulares de mais do que 50% (cinquenta por cento) da respectiva série: (p.2.1) o protesto reiterado de títulos contra a Companhia, do qual resulte risco à sua solvência; (p.2.2) o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia; (p.2.3) o início do processo de dissolução ou de liquidação da Companhia, salvo se aprovado pelos debenturistas; (p.2.4) a alteração formal ou informal do objeto da Companhia, salvo se aprovada pelos debenturistas; (p.2.5) o vencimento antecipado de qualquer outra dívida ou dívidas da Companhia em razão de inadimplemento contratual, cujo montante, somado, seja igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), montante esse que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; (p.2.6) a inclusão, em acordo de acionistas ou no estatuto da Companhia, de dispositivo pelo qual seja exigido quorum especial para deliberação ou aprovação de matérias que importem em restrições à capacidade da Companhia ou de suas subsidiárias ou ao seu desenvolvimento tecnológico ou àquele das subsidiárias; (p.2.7) a incorporação, fusão, cisão, transformação ou qualquer outra reorganização societária da Companhia ou das subsidiárias sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.8) a redução do capital da Companhia sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.9) a criação de ações resgatáveis pela Companhia sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.10) a troca de controle da Companhia sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.11) o cancelamento voluntário ou involuntário do registro de companhia aberta sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas; (p.2.12) a aquisição pela Companhia ou pelas subsidiárias de qualquer participação societária em empresa cujo objeto seja estranho ao objeto da Companhia ou das subsidiárias; (p.2.13) a participação da Companhia ou de qualquer das subsidiárias em consórcios ou associações ou arranjos similares cujo objeto seja estranho ao objeto da Companhia ou das subsidiárias; (p.2.14) a realização de investimento igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) pela Companhia ou pelas subsidiárias não previstos em orçamento anual, sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante este que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; (p.2.15) a contratação pela Companhia ou pelas subsidiárias de qualquer empréstimo ou financiamento ou a concessão de qualquer garantia real ou fidejussória fora do curso ordinário de seus respectivos negócios que, isolada ou cumulativamente, no período compreendido no orçamento anual então em vigor, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante este que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; (p.2.16) celebração pela Companhia ou pelas subsidiárias de contratos de qualquer natureza fora do curso ordinário de seus respectivos negócios que, isolada ou cumulativamente, no mesmo exercício social, impliquem em criação de obrigação ou obrigações em montante igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), sem a prévia e expressa aprovação dos debenturistas, montante esse que deverá ser corrigido anualmente pela variação do IPCA; **(q) Repactuação:** As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada; **(r) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou por meio do banco mandatário para os titulares das Debêntures que não estejam depositadas em custódia vinculada ao SND; **(s) Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá a qualquer tempo, mediante publicação de aviso com antecedência mínima de 10 (dez) dias, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, conforme o caso, acrescido da sua respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Companhia, ou colocadas novamente no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação; **(t) Garantia:** (t.1) desde que legalmente possível e que haja a concordância expressa dos credores do Acordo de Reestruturação, garantia pignoratícia, com o penhor de até a totalidade da participação societária, de propriedade da Companhia, em Caraíba Metais S.A. e em Cibrafertil Companhia Brasileira de Fertilizantes; (t.2) desde que haja a concordância expressa dos credores do Acordo de Reestruturação, garantia pignoratícia, com o penhor de até a totalidade da participação societária, de

propriedade da Companhia, em Eluma S.A. Indústria e Comércio e em Mineração Taboca S.A.; **(u) Vedação à Circulação:** (u.1) As Debêntures da Primeira Série não poderão ser alienadas sob qualquer forma até a sua amortização integral; (u.2) As Debêntures da Segunda Série não poderão ser alienadas sob qualquer forma até a amortização total das Debêntures da Primeira Série; **(v) Autorização Prévia para Oneração Voluntária ou para Alienação de Ativos:** A oneração voluntária ou a alienação de qualquer ativo permanente da Companhia ou de suas subsidiárias de valor contábil individual superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ficará sujeita à aprovação dos debenturistas; **(x) Liquidação Antecipada Obrigatória:** Os recursos provenientes das fontes indicadas no Subparágrafo 2.3.3 do Acordo de Reestruturação serão utilizados para liquidação total ou parcial de ambas as séries, no prazo de 5 (cinco) dias úteis seguintes ao recebimento pela Companhia desses recursos. Para tanto, poderão ser abertas contas correntes bancárias especiais a serem movimentadas por procuradores especiais e/ou serão realizados os procedimentos estabelecidos no Subparágrafo 2.3.2 do Acordo de Reestruturação; **(z) Deliberação pelos Debenturistas:** Toda e qualquer deliberação dos debenturistas será tomada por maioria simples, exceto aquelas referentes à alteração das características das debêntures, em que será exigido voto favorável de titulares de 95% (noventa e cinco por cento) da totalidade das debêntures. **(II)** Nos termos do Parágrafo 5º do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o direito de preferência para os antigos acionistas será excluído na distribuição pública das Debêntures, a critério do Conselho de Administração, assegurando-se, entretanto, na hipótese de exclusão, prazo de prioridade na subscrição por acionistas que constarem dos registros da Companhia em 13 de junho de 2008, a ser fixado em 05 (cinco) dias úteis, passando as ações a ser negociadas *ex-direitos* de subscrição das debêntures conversíveis a partir de 16 de junho de 2008, de tal forma que cada acionista que detenha 37.918 (trinta e sete mil novecentas e dezoito) ações ordinárias e/ou ações preferenciais tenha direito à prioridade na subscrição de 01 (uma) debênture. **(III)** Delegar ao Conselho de Administração competência para **(a)** deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do art. 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive para modificar as deliberações ora aprovadas, desde que relacionadas a estas matérias, visando o atendimento de exigências formuladas pela CVM, bem como aspectos relacionados à reestruturação financeira na qual a 6.ª Emissão se insere; e **(b)** aprovar o cancelamento das Debêntures que eventualmente não sejam colocadas e, se e quando necessário, das Debêntures que se encontrarem em tesouraria. **(IV)** Confirmar a autorização dada pelo Conselho de Administração para a Diretoria da Companhia a: (a) proceder à contratação de instituição(ões) financeira(s) para atuar como coordenador(es) da distribuição, agente escriturador, banco mandatário e agente fiduciário da emissão das Debêntures, em termos e condições que julgar adequados ao interesse da Companhia; e (b) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à formalização da emissão objetivada, tais como, mas não limitados a, registro, publicação e divulgação da presente ata, celebração da escritura de emissão, contratação e subscrição de documentos. Foi apresentada em separado manifestação dos acionistas Silvio Tini de Araújo; Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho; BONSUCEX Holding Ltda.; e José Ferraz Ferreira Filho em relação à condição de fixação do preço de conversão das Debêntures. Ainda, foi apresentada em separado manifestação do Conselheiro Fiscal José Ferraz Ferreira Filho em relação à condição de fixação do preço de conversão das Debêntures. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura da presente ata, a qual, após lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Santo André, 13 de junho de 2008. Ass.) Joaquim Ferreira Amaro (Presidente); PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; Fundação Sistel de Seguridade Social; Fundação Petrobrás de Seguridade Social-PETROS; Silvio Tini de Araújo; Luiz Fonseca de Souza Meirelles Filho; BONSUCEX Holding Ltda.; Norges Bank; The DFA Investment Trust Company on Behalf of Its Series; Emerging Markets Core Equity Portfolio Of DFA Investment Dimensions Group Inc.; José Ferraz Ferreira Filho; José Ferraz Ferreira Filho (Representante do Conselho Fiscal).

Esta é cópia fiel, extraída da Ata lavrada no livro próprio.

Elisabeth Baptista Bettini
Secretária